



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO  
UNIDADE REGIONAL DE SOROCABA – UR - 9



**Processo** : TC-004646.989.18-6

**Entidade** : Prefeitura Municipal de São Roque

**Assunto** : Contas Anuais do Exercício de 2018

**Relatoria** : Conselheiro Renato Martins Costa

**Instrução** : UR-9 - Sorocaba / DSF-II

**Excelentíssimo Senhor Conselheiro Relator,**

Tratam os autos das contas anuais da **Prefeitura Municipal de São Roque**, que fora objeto de acompanhamento durante o exercício econômico-financeiro de 2018, sendo realizada, inclusive, fiscalização de natureza operacional na Saúde.

De acordo com as orientações desta E. Corte de Contas, a fiscalização promoveu as análises e exames pertinentes, observado o princípio da amostragem, contemplando verificações sob a ótica orçamentária, financeira, patrimonial, operacional e contábil do Executivo inspecionado, quanto aos aspectos e princípios da legalidade, legitimidade, economicidade, eficiência e efetividade.

Vale salientar que referidas análises também foram produzidas tendo como suporte o “Sistema Audep”, com destaque para o “IEG-M”, mediante acesso ao respectivo ambiente, onde estão armazenados pertinentes dados e informações envolvendo o Órgão em apreço.

Como resultado de seu trabalho, a fiscalização elaborou o pertinente relatório, acostado aos autos, descrevendo, ao seu final, as ocorrências de forma sintetizada e delineadas em correspondentes itens do referido laudo de inspeção.

No mérito, acolhemos integralmente o trabalho apresentado pela fiscalização e sua respectiva conclusão.

Com efeito, todas as ocorrências relatadas merecem destaque, mormente aquelas que indicam infringência a dispositivos normativos e legais, cabendo ressaltar, com maior ênfase, as relacionadas a **controle interno** (ausência de verificação da efetividade das políticas públicas), **IEG-M – I-**



**Planejamento** (apontamentos que denotam fragilidade no setor correspondente, elaboração de peças de planejamento meramente formais e sem observância a requisitos legais), **demais aspectos sobre recursos humanos** (cargos em comissão desprovidos das características da espécie), **aplicação por determinação constitucional e legal - ensino** (falta de vagas no ensino infantil - creche), **IEG-M – I-Educ** (apontamentos potencialmente ensejadores do comprometimento da efetividade dos serviços prestados), **fiscalização ordenada - merenda escolar** (apontamentos diversos pendentes de providências), **IEG-M – I-Saúde** (apontamentos potencialmente ensejadores do comprometimento da efetividade dos serviços prestados), **fiscalização de natureza operacional da rede pública municipal de saúde** (ausência de manutenção de próprios municipais; estrutura/equipamentos inadequados), **fiscalização ordenada - almoxarifado da saúde - medicamentos** (apontamentos diversos pendentes de providências), **IEG-M – I-CIDADE** (apontamentos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados), **IEG-M – I-GOV TI** (apontamentos que denotam potencial comprometimento da efetividade dos serviços prestados), **atendimento à Lei Orgânica, Instruções e Recomendações do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo** (inobservância à Lei Orgânica, às Instruções e às Recomendações desta E. Corte).

Observamos que foi dado o atendimento mínimo obrigatório na manutenção e desenvolvimento do ensino: 30,32% (*caput* do artigo 212 da Constituição Federal); aplicação de recursos do Fundeb: 99,19% (§ 2º do artigo 21 da Lei Federal nº 11494/07); gastos do Fundeb com profissionais do magistério: 90,69% (artigo 60, XII, do ADCT); despesas com saúde: 23,33% (artigo 77, III, do ADCT) e as despesas com pessoal e reflexos situaram-se dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Por oportuno, levamos ao conhecimento de Vossa Excelência que o Chefe do Executivo Municipal, nos exercícios de 2018 e corrente, foi devidamente notificado para acompanhar todos os atos de tramitação processual, conforme ofício anexado aos autos, bem como juntamos o respectivo cadastro.

É o que submetemos à elevada apreciação de Vossa Excelência, para fins de emissão de parecer, nos termos dos artigos 2º, II, e 24 da Lei Complementar nº 709/93.

GDUR.9 – Sorocaba, 11 de julho de 2019

Ana Cristina Okumura  
Diretora Técnica de Divisão  
em Substituição